

Os candidatos, os que menos falam da Constituinte

A convocação de eleições para a Assembléia Constituinte e para governador ao mesmo tempo é uma imprudência política, pois está permitindo que o acessório domine o principal. Esta é a impressão generalizada de parlamentares de diferentes partidos — todos previam o que está ocorrendo — considerando natural a empolgação nos Estados pela escolha do governador, a luta pelo poder local.

Para o deputado Francisco Amaral (PMDB), um assíduo e operoso representante de São Paulo, o eleitor, desinformado e tocado pelo pragmatismo, se volta com mais entusiasmo para a eleição de governador, “na esperança de que o eleito, em um passe de mágica, possa recuperar os anos de atraso social que a falta de democracia impôs ao País”.

Nos plenários são raríssimos os pronunciamentos sobre a Constituinte. Têm prevalecido discursos político-eleitorais sobre a mudança na legislação e das estranhas alianças eleitorais que estão sendo organizadas nos Estados. No Congresso, há tempos, a bandeira da Constituinte está a meio-pau. Ou, como disse um deputado, há uma cortina de silêncio descendo sobre a Constituinte.

No ano passado o deputado Alencar Furtado, então do PMDB, conseguiu constituir na Câmara comissão interpartidária, com o objetivo de promover o debate nacional sobre a Constituinte. Há meses não se conhece qualquer informação sobre o funcionamento e resultados daquele órgão.

Teoricamente a eleição para a Constituinte, 40 anos após a Carta democrática de 46, deveria ser o fato político mais importante. Na prática, porém, a eleição dos novos governadores está dominando o noticiário, a atividade político-partidária e a atenção da sociedade. A causa dessa inversão, segundo os próprios candidatos à Constituinte, é a eleição simultânea para a Constituinte e governador, agravada com a falta de esclarecimentos da opinião pública.

Imprudência

O ex-governador de Minas Gerais e ex-chefe da Casa Civil de Costa e Silva, deputado Rondon Pacheco, considera uma imprudência a convocação de eleições distintas ao mesmo tempo, “repetindo-se o erro incorrigível da nossa política, em se permitir que o acessório domine e prejudique o principal”.

O vice-líder do PDS, deputado Leorne Belém (CE), fez uma sugestão: os horários gratuitos da propaganda eleitoral no rádio e na tevê deveriam contemplar com mais tempo os candidatos à Constituinte, despertando assim o interesse popular para o relevante assunto.

Para o deputado José Carlos



Rondon Pacheco (à esq.)
e Irma Passoni: contra a
eleição simultânea.

Fonseca (PFL-ES), é preciso que toda a imprensa do País se volte para a importância da Assembléia Constituinte. Lembrou que com a nova Constituição teremos mudado o destino do País, o que é muito mais importante para a vida da nação do que mera eleição de um governador, que tem recebido um destaque inusitado, lembrou.

O polêmico deputado paulista Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, considera “uma distorção terrível” a coincidência de eleições. O carro-chefe das eleições de 15 de novembro, observou, tem sido o candidato a governador.

“É preciso que a sociedade seja alertada — acentuou — do que será e do que poderá fazer a Assembléia Constituinte”. Cardoso Alves entende que “por dever de lealdade”, todos os candidatos deveriam levar a mensagem da Constituinte inclusive “identificando-se ideologicamente perante o eleitorado”, justificando-se: “Não é justo alguém votar em Herodes e eleger um Pilatos”.

O desinteresse popular para o debate da Constituinte não surpreende a deputada Irma Passoni (SP), líder do PT: “Este é um objetivo central da transição conservadora e que, infelizmente, está sendo atingido”.

Lembrou que a Aliança Democrática prometeu uma Constituinte livre, democrática e soberana, “mas terminou nos presenteando com um Congresso Constituinte tão viciado que contará com a participação de constituintes ‘biónicos’ — os senadores eleitos em 1982 que não receberam mandato para redigir nova Constituição.

Flamarion Mossri